

Recenseamento ELEITORAL

Abrui a 2 de Janeiro e prolongar-se-á até 15 de Março o importante período de recenseamento eleitoral. Companheiros texteis! Não faltemos ao cumprimento do nosso dever cívico! Inscrivamo-nos nos cadernos eleitorais nas Juntas de Freguesia das nossas residências.



O TÊXTIL

ÓRGÃO DE UNIDADE DA CLASSE TÊXTIL

AS PRÓXIMAS eleições sindicais

As eleições sindicais, segundo a lei, devem ser realizadas de três em três anos e no princípio do ano em que couber a eleição. Ora, nós, texteis, se se fizer respeitar a lei, teremos eleições em 1965. Daí, que devamos, tendo em conta aquelas disposições, preparamos para: 1º — exigir eleições onde tiverem terminado os mandatos das direcções em exercício, ou onde se encontrem comissões administrativas; 2º — organizar, também, desde já, a concorrência às eleições com uma lista da confiança da classe.

É dentro da onda de indignação e de luta popular anti-fascista, que se vê crescer impetuosamente,

(continua na 3ª pag.)

MAIS UM ANIVERSÁRIO DE «O TÊXTIL»

9º ANO EM DEFESA DOS INTERESSES DA CLASSE TÊXTIL

Com o presente número, festaja «O Têxtil», o seu 9º ano de publicação. São 9 anos ao serviço da classe operária textil.

No decorrer destes 9 anos, «O Têxtil» tem sido o guia da classe textil. Ele tem indicado à classe o caminho justo, na luta por melhores condições de vida, na luta contra o governo fascista de Salazar, pela democracia, pela liberdade e contra a guerra colonial.

Ao entrarmos no 10º ano da sua publicação, «O Têxtil» saluda a classe textil e todos os trabalhadores. Alerta as massas trabalhadoras para o ano de 1965.

que tudo nos leva a crer que será um ano de grandes lutas, em que a classe operária desempenhará o principal papel.

O governo salazarista, cego na sua política belicista, de defesa dos interesses dos monopolistas e latifundiários e de submissão ao imperialismo, lançou novo aumento de impostos em que a classe trabalhadora, possuidora inicialmente da sua força de trabalho, virá a ser a grande vítima. O aumento do custo da vida é constante.

O recente Contrato Colectivo de Trabalho, acerca do qual tanto alarde têm sido a fazer os lascas salazaristas, é uma imposição dos monopolistas nacionais e estrangeiros, donos ou sócios da maioria das empresas texteis. A política do governo de Salazar de entregar das riquezas do país ao capital estrangeiro confirma a realidade. O aumento de salários de 20%, agravado com todas as manobras que o patronato irá fazer — retirada de prémios, aumento da produtividade, etc., — não chega para fazer face ao actual aumento do custo da vida. Por isso, no iniciarmos o ano de 1965, impõe-se à classe textil a luta imediata por melhores salários, por um Contrato Colectivo em que, na realidade, uma parte dos lucros auferidos com os esforços despendidos pelos operários reverta em seu favor, de forma a proporcionar-lhes uma vida melhor, em vez de ir enriquecer os monopolistas.

No corrente ano, temos eleições sindicais no Porto. Uma direção

GATO POR LEBRE O NOVO CONTRATO COLECTIVO

A propaganda feita pelo patronato a propósito da assinatura do Contrato Colectivo de Trabalho foi estrondosa. Mobilizaram-se jornais e emissoras, ráteiros e lacaios, desde o Costa e Silva dado como presidente do Sindicato, até no Gonçalves Proença, ministro das Corporações lá deles.

Com a propaganda feita, o que os magnates do patronato, bem acolitados pelo governo, peitos traidores que estão à frente dos sindicatos, quiseram, foi fazer crer: 1) que os benefícios para os operários resultantes do CCT são enormes; 2) que se trata de um acordo ditado pela sua escrupulosa consciência de bons cristãos, procurando promover o mais possí-

vel as massas trabalhadoras a um melhor nível de vida; 3) que tudo isto é feito à custa dos sacrifícios dos pais.

Todo esse espetáculo, incluindo as respectivas jantardadas, que nunca faltam, custam dinheiro, e bastante. Dinheiro que poderia ser empregue em proveito dos trabalhadores. Mas os patrões entenderam que lhes daria maior rendimento utilizar esse capital na tentativa de iludir o povo e a própria classe; em martejar, martejar, até que as pessoas, de tanto ouvirem falar em grandes, se convencessem de que os benefícios eram mesmo grandes e os sacrifícios para os patrões ainda maiores.

No entanto, neste caso, era im-

(continua na 2ª pag.)

O NOVO CONTRATO COLECTIVO

(continuação da 1ª pág.)

possível forçar a tal ponto a realidade, que se conseguisse levar a acreditar que o pouco é muito e o pequeno, grande. Sobretudo em relação àqueles que estão em contacto com a realidade, que sentem no corpo os seus efeitos. Como prédia, pois, a nossa classe sentir-se satisfeta com o novo Contrato e deixar-se ludibriar com as parangonas dos patrões e seus lacaios!

Em primeiro lugar, o novo Contrato é um simulacro de melhorias. Não atende em nada às reivindicações da classe, postas desde há muito e com o total apoio da classe. Vejamos algumas comparações: A classe pediu — e pede — aumento de 70%, 60% e 50%; consoante o nível do salário — o aumento foi apenas de 20%. A classe pediu e pede — garantia de 6 dias de trabalho — a garantia ficou-se pelos 4 dias. A classe pediu 6 dias de férias e subsídios de 50%, 100% e 150%, conforme os anos de serviço — os patrões concederam 12 dias, mas o subsídio máximo não ultrapassa 50%.

O aspecto fundamental — o da remuneração — é precisamente aquele em que as pretensões da classe se viram mais desatendidas. Os 20% de aumento não representam uma melhoria no nível de vida, olhando, por um lado, à subida dos preços e, por outro, a que aqueles 20% não passam, para a maioria da classe, numa oficialização de aumentos já conquistados através da luta. E isto é tanto mais assim, quanto o Costa e Silva não pôde deixar de reconhecer que o aumento está aquém do justo e do possível.

Em segundo lugar, o Contrato, apesar de ser um simulacro de melhorias, é no fundo o resultado da pressão da classe e não um acto de boa vontade do patronato. Uma pressão maior, uma luta elevada a formas mais energicas, obriga-los-a a mais.

Em terceiro lugar, é preciso deixar bem claro que, se alguém pode aumentar os salários, que se alguém está a enriquecer, e bem, são os industriais têxteis. Eles mesmos reconhecem que a indústria têxtil está numa fase de plena prosperidade e que é uma das mais fortes da economia nacional.

Qual, agora, o caminho a trilhar pela classe? Vamos ficar a mastigar

esta cédula que o patronato nos trouxe, pretendendo entreter-nos, antes de ser obrigado mais cedo a maiores concessões? — claro que não. O Contrato não satisfaz no mínimo sequer. As várias reacções de descontentamento que já se verificaram algumas empresas marcam a posição da classe. Assim, o caminho é continuar a luta pelas reivindicações formuladas e impedir a revisão do actual Contrato, de modo a serem incluídas essas reivindicações. E, para já, nas empresas, devemos obrigar os patrões a pagar o aumento do novo CCT, porque, apesar de miséria, patrões há que se lhes recusaram a dar todo o aumento de 20%. Por sua vez, os operários da indústria de malhas,

que não foram abrangidos pelo Contrato, devem lutar até conquistar os mesmos benefícios.

Mas, mesmo antes da revisão do CCT, devemos procurar impor ao patronato as nossas reivindicações totais. As próximas eleições sindicais serão uma boa oportunidade para criarmos melhores condições para a sua conquista, já que a actual direcção traia-nos, como sempre.

O problema do CCT não ficou resolvido. Por isso, a nossa luta deve assumir formas mais ríjas, mais audazes, mais energicas, que vão desde as lutas nas empresas, passando por um amplo abaixo-assinado, como fizemos, pela «cera»; pelas concentrações, pelas paralisações, até à greve.

ZANGAM-SE AS COMADRES...

No passado mês de Dezembro, N dois deputados travaram na Assembleia fascista um vivo e animado debate.

Seria por causa dos baixos salários que os operários têxteis ganham? Não, nada disso! O que os srs. Amaral Neto e Ubach Chaves discutiram foram os interesses que ambos defendem. Mas, como existem contradições entre esses interesses, aqueles srs. «zangam-se» e no meio da zanga descobriram algumas verdades.

Enquanto o Amaral Neto reivindica favoritismos para os proprietários da lavora, que se pretendem tornar também industriais, o Ubach Chaves exige para o seu grupo, os industriais de lanifícios, facilidades que o grupo do Amaral Neto contesta. E, à volta destas pretensões contraditórias, assistiu-se no dia 15 de Dezembro, na tal Assembleia a que os fascistas chamam nacional, a um desbobar de interesses relacionados com a indústria têxtil.

E que interesses serão esses? Será o aumento de salários para os operários da Zona Textil do CUF? Será a revisão da CCT dos operários de lanifícios da Serra de Estrela? Ou será a promulgação do primeiro CCT para os têxteis do Porto e Braga?

Se aquela Assembleia fosse eleita pelo povo, a resposta poderia ser afirmativa, mas, como tal não acontece, a resposta só poderá ser uma: trata-se dos interesses dos exploradores da classe operária, agrícola e

industrial, os proprietários do campo e os industriais de malhas e lanifícios. E que, enquanto os capitalistas da lavora pretendem monopolizar a produção de lá, através do chamado Consórcio Laniero, e não só a produção mas também a penteação e a fiacão, tendo já instaladas empresas-piloto, os industriais de lanifícios querem ser eles a adquirir a lá à lavora e impedir aquela de penetrar no que consideram ser o seu domínio.

Todos nós sabemos que destas discussões nada de bom virá para a nossa classe, pois elas são discussões entre os componentes da quadrilha que vem explorando a classe operária e o povo. Trata-se apenas de discordâncias na repartição do produto do roubo que fazem aos trabalhadores. Mas, como diz o povo, «zangam-se as comadres, descobrem-se as verdades». E naquele debate algumas verdades foram reveladas, a principal das quais é: os capitalistas, da indústria e do campo preparam novas medidas, tendentes a arrecadar maiores lucros à custa da exploração desenfreadada da classe operária.

Mas os trabalhadores saberão dar-lhes a resposta adequada. Estreitando sempre mais a sua unidade, reforçando a sua organização, travando cada vez maiores e mais potentes lutas, eles acabarão, primeiramente, por fazer recuar os seus exploradores e, depois, por derrubar o governo que os serve e lhes permite toda a espécie de traficâncias.

TODOS ÀS ELEIÇÕES SINDICAIS

«O QUE OS CAPITALISTAS NOS EXPLORAM!...»

Todos nós sabemos que somos miseravelmente explorados pelo patronato capitalista, que recorre a todos os processos para nos explorar até à última gota do nosso suor. Também sabemos que eles constróem cada vez mais palacetes, fábricas, ou ampliam as que já possuem e que mudam de automóvel como um operário muda de camisa. O que nós não sabímos era quanto eles nos roubavam em cada jornada de trabalho. As respostas a esta e outras interrogações e as afirmações feitas nas discursadas dos capitalistas, são dadas no Relatório «Rumo A Vitoria», apresentado pelo Dr. Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português, no Comité Central e por este aprovado, quando diz: «Quando os capitalistas inauguraram novas fábricas e anunciam que investiram nelas centenas de milhares de contos, isso não significa senão que centenas de milhares de contos de trabalho não pago são por eles utilizados para em novas fábricas comprar ainda mais força de trabalho, obrigar um número maior de operários a trabalhar para eles e a produzir mais mais-valia, sempre mais mais-valia. Vendo uma nova fábrica, os operários podem dizer com inteira razão: «Ali está produto do nosso trabalho, pago com produto do nosso trabalho». Tudo quanto os capitalistas acumulam é produto do trabalho da classe operária, representa fome, miséria, privações, doenças, tragedias, lágrimas de milhões de trabalhadores.

Os marxistas sabem que a jornada de trabalho se divide em duas partes: uma em que o operário produz o valor correspondente ao seu salário (chamado tempo de trabalho necessário), outra em que produz para o capitalista (chamado tempo de trabalho suplementar ou mais-valia). A relação entre a mais-valia e o salário é a chamada «taxa de mais-valia», que traduz o grau de exploração existente.

Qual a situação que a este respeito se oferece em Portugal? Em primeiro lugar, deve notar-se que, como é próprio dos países atrastados, a taxa de mais-valia é muito diversa nos vários ramos industriais, oscilando entre 100% e

700%. Isto é: consoante os ramos industriais, por cada hora que o operário trabalha para reproduzir o valor da sua força de trabalho, trabalha gratuitamente de 1 a 7 horas para o capitalista. Na indústria portuguesa, numa jornada de 8 horas, o trabalho necessário (para o operário) vai de uma a quatro horas e o trabalho suplementar (para o patrão) de quatro a sete horas. No conjunto dos 50 principais ramos industriais, a taxa de mais-valia sobe a 240%, o que significa que, em média, numa jornada de 8 horas de trabalho, apenas 2 horas e 21 minutos são de trabalho necessário e 5 horas e 39 minutos são de trabalho suplementar ou gratuito para o capitalista. Em média, ao fim das primeiras 2 horas e 21 minutos de trabalho, o operário português pode dizer: «Produzi já para o meu salário. Desde este momento até ao fim do dia, estou a trabalhar de graça para o patrão».

O grande capital não se satisfaz, porém, com o grau de exploração existente. Ele procura sempre maiores lucros, aumentando cada vez mais, na jornada de trabalho, o «tempo suplementar» e diminuindo o «tempo necessário». Para isso, apoiando-se na força do Estado fascista, diminui os salários reais, aumenta a intensidade e a produtividade do trabalho, prolonga a jornada de trabalho, apura os métodos mais variados para agravar a exploração dos trabalhadores.

Companheiros têxteis! Só a nossa luta organizada, unida e constante por maiores salários e melhores condições de trabalho fará diminuir os fabulosos lucros que o patronato capitalista embolsa à nossa custa!

Leitor amigo! AJUDA «O TÉXTIL»

O jornal da classe têxtil não pode cumprir a sua missão sem a tua ajuda. Envia-lhe a tua colaboração em as notícias dos casos de exploração e das lutas que se travam na tua empresa. Cria grupos de amigos de «O Têxtil» que o auxiliem financeiramente e o divulguem amplamente entre os seus companheiros.

REPRESSÃO NA FÓNCAR

Chegou-nos a notícia de que na fábrica Foncar uma operária foi despedida e ameaçada de ser entregue à PIDE, e preso um operário africano. Os motivos? — Quanto à operária, foi por ter pedido aumento de salário; quanto ao operário, não temos informação precisa. Porém, a avançar pelos instintos e usos já tradicionais dos patrões desta empresa, sempre muito solícitos a exigir do pessoal e prontos a reprimir quando são estes, por sua vez, a exigir, o motivo da prisão daquele nosso companheiro não terá sido muito diferente.

A nós, têxteis, e neste caso aos operários da Foncar, cabe lutar contra as represálias de que são vítimas os operários por motivo da sua combatividade de classe. Devemos prestar a esses nossos camaradas toda a solidariedade, quer ajudando-os materialmente, quer exigindo dos patrões a sua readmissão.

QUEM É O CABO CALDAS?

Apenas sabemos que o cabo Caldas, comandante do Posto da GNR da Sr.^a da Hora, é um antenico «pidesco». De vez em quando, a pretexto de roubos na Sr.^a da Hora, passa minuciosas buscas aos armários onde os operários dessa empresa guardam o vestuário. As intenções deste inimigo dos trabalhadores são bem claras. Operários da Sr.^a da Hora! Desmascari a situação pidescas do cabo Caldas!

Não vos deixais surprender pela ação pidescas dos inimigos do Povo. Estai vigilantes às manobras dos inimigos da nossa classe!

Protestai junto da Gjerica e do Sindicato contra estas arbitrariedades! Se estes não tiverem em conta os vossos justos protestos, imped你们 mesmos as ilegalidades do cabo Caldas ou outros «Caldas» que apareçam com as mesmas intenções pidescas! Paralisai o trabalho e, todos unidos, barrai-lhes a entrada da vossa empresa!

9º ANIVERSÁRIO DE «O TÊXTIL»

(continuação da 1ª pág.)

de trabalhadores honestos é um dos factores principais para a conquista dum Contrato Colectivo que possa proporcionar uma melhoria nas condições de vida da classe. Todos nós devemos participar na conquista dumha direcção honesta.

Com a abertura dumha outra frente de luta pelos nacionalistas de Moçambique, consequência da política salazarista de rapina do povo moçambicano e de submissão ao imperialismo, as condições de vida do povo português estão-se agravando cada vez mais.

Maior número dos nossos jovens estão sacrificando a vida aos interesses dum punhado de traidores à Pátria e de estrangeiros. A classe trabalhadora compete a continuação da luta contra a infame guerra colonial, exigindo o seu fim, pelo regresso dos soldados, pelo reconhecimento dos direitos dos povos coloniais à autodeterminação e à independência.

Na luta a travar para o derrubamento do regime salazarista e pela instauração dum regime democrático, cabe à classe operária um lugar predominante. A em todos os aspectos da vida política é imprescindível. A classe têxtil, pela sua importância na vida económica do país e pelo seu número e suas tradições de luta, deve estar sempre presente. De 2 de Janeiro a 15 de Março, decorre o período de recenseamento, — todos nós devemos recensear. Nas comemorações do 31 de Janeiro, na realização de todos os seus actos, a classe têxtil deverá marcar a sua presença.

No próximo acto eleitoral para deputados, no 5 de Outubro, na organização de Juntas Patrióticas, a sua colaboração é preciosa. Na luta contra a repressão e o terror salazarista, a classe têxtil deverá estar na primeira fila, por uma ampla Amnistia para os presos políticos, pela abolição das «medidas de segurança», contra as atrocidades nos antros da PIDE, etc., etc.

Eis, em linhas muito gerais, alguns pontos fundamentais da acção que a nossa classe deve ter no corrente ano de 1965. «O TÊXTIL» apela para uma maior ajuda de todos, para a «ida regular» do nosso jornal, por uma maior colaboração nos problemas que interessam à classe, para a criação de grupos de amigos que contribuam com fundos para «O TÊXTIL», por uma maior difusão do nosso jornal.

Que o ano de 1965 seja um ano de grandiosas lutas pela conquista de melhores condições de vida para a classe! Pelo derrubamento do regime salazarista, tão odioso pelo nosso povo!

VIVA «O TÊXTIL»!

AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES SINDICAIS

(continuação da 1ª pág.)

que as próximas eleições sindicais terão lugar. Aproveitá-las para impôr a satisfação das reivindicações da classe e para conquistar direcções honestas, será um modo de lutarmos pelos nossos interesses imediatos, de contribuirmos para o alastramento e intensificação da luta popular, abrindo brechas no edifício salazarista e aproximando o seu derrubamento.

Os têxteis do Porto, em particular, estão em óptimas condições para as próximas eleições sindicais. O mandato da direcção actual fina este ano. Portanto, não há tempo a perder para se empreenderem passos necessários, com vista a impôr as eleições, se acaso, como é muito possível, os refeitos do patronato e do governo pretendem adiá-las.

Ao mesmo tempo, a actual direcção está de tal modo desprestigiada, que o seu apoio na classe é nulo, pois revelou um servilismo abjecto frente ao patronato na negociação do CCT, para além de, tratando a classe, tudo ter tratado sem o conhecimento desta. Os têxteis do Porto têm um esferno reivindicativo assinado por mais de um milhar e meio de operários.

Todos estes factores são importantsíssimos, trunfos nas mãos da classe e há que tirar delas todas as vantagens. O facto da classe não ter visto satisfeitas as suas reivindicações, muito longe disso, é outra razão poderosa para que se faça um esforço máximo para a sua substituição por uma direcção honesta. Isto seria desde logo uma primeira etapa vencida para a imposição de novas negociações, nas quais se obrigarasse o patronato a satisfazer as justas reivindicações

da classe têxtil.

Devem ser criadas comissões várias para as eleições no Sindicato onde elas não existam, ou outras que auxiliem alargarem o trabalho das existentes, de modo a que, em cada empresa, a classe seja mobilizada para a luta sindical e para a luta na própria empresa.

Devem ser escolhidos os candidatos, atendendo sobretudo à sua dedicação e honestidade face aos problemas e reivindicações da classe e à sua firme disposição de defender e lutar por esses mesmos interesses.

Fazemos propaganda da lista de candidatos e do cadero reivindicativo da classe.

Organizemos reuniões de operários, aprofitemos as simples conversas entre companheiros.

Uma larga propaganda, através de folhas impressas, cartazes, reuniões, um mínimo de organização, com comissões activas e incansáveis, trabalhando em conjunto; uma mobilização aberta e ampla de toda a classe, que assegure a sua unidade e firmeza até ao fim — eis o trabalho a fazer imediatamente.

Não percais tempo, companheiros têxteis! Neste momento, perder tempo poderá ser perdermos uma das melhores oportunidades de batermos os ches de guarda dos patrões e do governo.

Rádio Portugal Livre

Transmite diariamente das 7 às 7,30 em 50 m.; das 19 às 19,30 e das 21,15 às 21,45 em 32 m.; das 23,30 às 23,50 em 26, 40 e 43 m. Emissão para os camponeses: aos domingos das 12 às 12,30 em 19, 20, 25 e 26 m., onda curta.

RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Todas as 4ª feiras e sábados às 23,15 horas em 220 e 320 metros, onda média, e em 25, 31 e 49 metros, onda curta.